

Acta N.º 1.

Sessão recruta em 1.º de Agosto de 1914.

Presidência do Ex.º Sr. Luchas António Ruy.  
em Lúcia Barreto.

Secretários os sen. Srs. Mendes Bernardino  
Lacerd Almeida e Sr.º Inocencio  
Nunes Pereira.

Feita a chamada reuniram-se a presen-  
ça de 23 senhores recrutados, declarando  
o sr. Presidente aberta a sessão ás  
14 e 30.

O sr. Presidente disse quasi os fins da  
sessão recruta apresentando os pontos que  
lhe foram transmitidos pelos recrutados  
que a requererem. Os requerimentos  
apresentaram verbalmente os pontos  
ou pontos seguintes:

1.º - Sobre a nova intervenção na  
guerra europea, tanto sob ponto de  
vista das contingencias a vencer e a man-  
ter nos campos de batalha, como sob o  
ponto de vista da aquisição de material,  
de tropas e espacia, indispensavel para  
tropas e operações;

2.º - Sobre as novas expedições milita-  
res á Africa e convocação, que tertia ha-  
vido para se realisar ali, contra os  
alemães, numa acção conjuncta;

3.º - Sobre as vantagens assignadas  
a Portugal, na Tripotencia de uma paz

RA LIII



com vitória para os aliados, que sejam vantagens respeitantes a territórios, que sejam vantagens de natureza politica, economica ou financeira;

4.º Sobre os contratos de cedência, a que se referem as pensões ou entidades, de parte dos navios que foram requisitados, por virtude do decreto de dois de fevereiro de 1916, e a situação dos respectivos productos;

5.º - A quanto montam os creditos feitos pelo governo portuguez da conta que lhe foi aberta pelo governo inglez, nos termos dos ajustes feitos em Londres em julho de 1916.

Celertim de Almeida - Sr. Presidente: Acabam de me communicados por V.ª C. do Senado os annos pto. invocados para a convocação desta sessão secreta e que se não possam ser tratados, não estando presentes os mms. Senhores convocantes, permitam-me, V.ª C. e o Senado que eu arvoque para mim, quanto a minha deficiencia o permittido, a sua substituição, dirigindo-me portanto ao Governo a pedir-lhe esclarecimentos e indicações, sobre os quesitos formulados no pedido convocação desta sessão secreta que são os mesmos que motivaram a da Câmara dos Deputados, pois que assim mesmo foi indicado no pedido de convocação secreta do Senado, como por V.ª C. teve a honra, a pedido



meu, de ser particularmente informado.

Dado a lei os requisitos formulados para serem esclarecidos nesta sessão secreta, sobre os quais espere ter membros do Governo presentes, os mais amplos e completos esclarecimentos, re-  
novando-me para em alguma convergência,  
por meu turno, afussetar alguns assumptos  
mais para serem esclarecidos que serão  
como que o complemento de alguns dos apre-  
sentados no pedido inicial.

Nesta altura pediu a palavra para explicações  
o Senador Fortunato da Fonseca sendo-lhe permiti-  
do entrar inadvertidamente a palavra.

Fortunato da Fonseca. Declaro que o motivo  
porque assim a convocação da sessão secreta  
obedeceu simplesmente ao facto de não colocar  
em paridade de informações as duas casas  
do Parlamento, o que acarretaria fadiga  
na sua marcha politica. A confiança  
que tenho no gabinete actual, as minhas  
declarações publicas e o que tenho visto sobre  
a nova preparação para a guerra tornam-me  
pessoalmente inutil tal convocação  
e estou certo de que o Governo seria o primeiro  
a fazer-la se circunstancias anormais  
a tornarem necessaria.

Orador - Ignorava que o Senador mr. Fortunato  
da Fonseca, meu amigo de longa data, fosse  
um dos convocados, desta sessão, aliás não  
me teria esforcado como acabo de o fazer



e teria renunciado para V. Ex.<sup>cia</sup>, como de direito,  
a iniciativa das perguntas que formulei ao governo,  
o que agora positivamente declino em V. Ex.<sup>cia</sup>  
Fortunato da Fonseca - Deo a V. Ex.<sup>cia</sup> para con-  
tinuar no uso da palavra fazendo as pergun-  
tas annunciadas.

Quador - Equadros ao Senador Sr. Fortunato  
da Fonseca a amabilidade que me dispen-  
sou e aquiescendo nos seus desejos, continua-  
rei dirigindo aos membros do Governo e em es-  
pecial ao Sr. Presidente do Ministerio, as  
interrogações motivadoras da convocação  
desta sessão recruta. (Le as perguntas apre-  
sentadas no pedido de convocação).

Gaspar de Sousa - Deo a palavra quasi  
apenas para formular uma simples de-  
claração, a qual é a de que não fui in-  
stado do requerimento para a convocação  
da presente sessão recruta porque, porque  
tendo seguido a paz e pouco, como me cum-  
pria, a acção do Governo em todos os seus actos  
relativos á nossa intervenção na guerra  
e não tendo tido até hoje motivo que aplaudir  
uma patriótica acção não fulgei nunca  
necessaria esta sessão. Elleas bem poderia  
ter sido instado de tal requerimento se  
o fosse animado pelo mesmo espirito com que  
firmou o illustre Senador Fortunato da  
Fonseca, isto é, com a intenção de dar ao  
Governo occazião para vir dar a esta Ca-



para as mesmas explicações que deu na  
Câmara dos Deputados.

As palavras que o Senador Fortunato de Fou-  
quen acaba de proferir interpretam-se certo  
não só o sentimento da maioria mas tam-  
bém, sem dúvida e de todos os Senadores  
presentes. Por mim não tanto sei  
que afirmar, em nome da maioria, toda  
a confiança na ação governativa e  
que deplorar que, se que tivessem a inicia-  
tiva de convocação desta sessão também  
entendido, por razões que não tenho com-  
preender, deixado de comparecer a ela.

Querente do Ministério (Affonso Costa) -  
Agradeço as palavras de confiança que  
me foram dirigidas pelos representantes  
dos partidos revolucionista e renovatorio.

Quanto ás declarações a fazer, o Senado  
sabe já o que se passou, pois o am. Min. da  
Guerra, no seu regresso de França  
& Inglaterra, aqui disse o bastante para  
tranquilisar o Senado como chefe supremo  
do executivo e de pois de ter concluido im-  
portantes negociações e resolvido graves  
dificuldades como de resto era o seu papel  
e dever. Das suas palavras se concluiu que  
a marcha dos nossos tropas como finda  
a sua preparação, em contrario do que uni-  
ta gente, do que muitos especuladores têm  
querido crimir, fuzpudo tirar uma arma



para ficar os interesses da Patria. Julgaríamos  
que com isso ultrapassaríamos a maldade dos  
negocios publicos, para animar despres-  
tigiamento o Governo ou a Republica?

Se animo foi enganaram-se.

Quanto ao pedido da reunião secreta, foi de  
feito talvez para evitar que o Ministro da  
Guerra fizesse as suas declarações em publi-  
co, que animo levariam a todos os portuguezes  
a castiga da nova força e da nova disci-  
plina, ou ainda para levarem a reunião se-  
creta em questão de modo que eles não correm  
de inimizade, levando o desconfiança do coração  
dos mais decididos patriotas. De nada isso  
valeu, porque o Ministro da Guerra disse tudo  
o que se pedia, com precisão e clareza,  
sobre a nova situação militar.

Em relação aos assuntos graves foi o Gover-  
no sempre, o primeiro a querer informar  
o Paiz, no que podere e devere, sem fazer  
alarme, sem perturbar a vida nacional.  
Deu isto a reunião secreta não intimidou o Go-  
verno que está pronto a dar todos os esclare-  
cimentos, pois nada tem que occultar, porque  
não ha agora casos pendentes. A vantagem  
de uma reunião secreta serviria a alguém que  
quisera accusar a Inglaterra para que o Go-  
verno lhe mostrasse por documentos, que  
verdadeiramente o principio é fundamentalmente impor-  
ta, por quanto ela tem sido um leal e



dedicadíssima aliada.

O que diz respeito a contas não pode o Governo deixar de o tornar publico. Tem obrigação de o fazer, visto que pediu sacrificios ao País e esta tem direito a saber o que se fez ao seu dinheiro, alia's poderia recusar-se a continuar a pagar impostos.

A conveniencia de uma reunião conjuncta é manifesta, sem com isto querer dissentir auctor da outra Camara, pois as reuniões conjunctas taem reunido para assuntos importantes e esta é uma delas. Em Franca, a sua Constituição não permite as reuniões conjunctas das duas camaras e passou-se até em votar uma lei especial. ellas aqui não, visto que a nova Constituição o permite. Cabe pois aos convocadores a responsabilidade de não se reunirem as duas Camaras em conjuncto.

Sancionto portanto o assenteado, sem que com isto quiza causar seja a grande fór. Terminos a primeira parte das minhas declarações, affirmando uma vez mais que estou à disposição do Senado para todas as informações sem nenhuma reserva nem diminuição. Pecho até satisfação em que proseguam, com observações e apontos, todos os esclarecimentos e até os mais pequenos detalhes.

O Senado ouvirá as declarações dos seus



collegas de gabinete no que respeita a ques-  
tões de guerra na Europa e Colónias; o Minis-  
tro dos Estrangeiros falará sobre a questão  
internacional mencionada - e eu para tratar  
dos restantes assuntos.

Celestino Almeida - Agradeço ao sr. Pre-  
sidente do Ministério as suas categoricas  
afirmações sobre o propósito firme do Governo  
de sobre tudo dar os seus conselhos e formar  
enlanceamentos. Congratulo-me com a ati-  
tude patriótica tomada pelo Governo em  
harmonia com as suas indicações. Ao sr.  
Ministro da Guerra peço enlanceamentos  
sobre o primeiro ponto que passo a ler. (Lê.)  
Ministro da Guerra - As muitas revoltas têm  
ido feitas nas nossas colónias mas nenhuma  
tem guerra como as actuaes, porque estas são  
dirigidas por europeus e que não occorria nos  
outros tempos. E, portanto, muito mais grave  
a guerra actual nas Colónias mas o Governo não tem  
nem a defesa das colónias porque tem já em  
pré de guerra um exercito de trinta mil  
homens, e que corresponde a uma divisão re-  
forçada, gastando em material. Tripulo de  
que se gastaria para fazer uma mobili-  
zação aqui ou para a mandar para França.  
O nome famoso tem um enorme para acudir  
às Colónias. As primeiras expedições foram  
muito preparadas do que qualquer daquelas  
que já operaram em Africa. Logo a



mantin isto. Não podemos dizer que as expedições foram um modelo mas era difícil não tendo nós tudo o que era preciso para organizá-las melhor. Tornou-se urgente e indispensável a organização do exército colonial.

A organização colonial impõem-se, porque assim temos ali permanentemente um exército de defesa das nossas colónias.

O exército de Vaulita não foi um sucesso completo porque se o fosse, o exército indígena invadiria todo o novo território.

Não se conseguiram obter a Damara-Lândia e o Ovampo mas conseguiram-se submeter o gentio pelo resultado do tratado de ha miuto (Cuanhama e Cuanato) sendo a occupação do Cuanhama um acto do maior valor. Não era grande o valor do território mas obtivemos a submissão do referido

Cuanhama podendo dizer que esta trouxa como resultado os aglo-boers podiam submeter as da Damara-Lândia.

Em algarve tambem os resultados não foram rido o que foram para os ingleses se as nossas forças não tivessem occupado as margens do Rovuma, o que contribuiu em muito para facilitar a acção dos ingleses. Não temos que continuarmos a manter grandes efectivos em Africa, mas se alguma vez for preciso aumentá-los, não custa a que custar, porque não há o interesse



racional. É necessário renovar constantemente os efectivos porque o clima e a acção da natureza de todas as aguietas a isso obriga.

Os Governadores das provincias têm tido por parte dos Governos todo o auxilio; nada lhes tem sido negado e tudo lhes continua a ser fornecido.

De lo que respecta ás tropas para combater em França mandamos para lá um corpo de exército de 54.900 homens dividido em duas divisões, faltando apenas 4.000 homens para completar o seu efectivo, cujo o commando superior está subordinado ao commando supremo dos exércitos inglezes.

As duas divisões, estão sob o commando do general Goum. da Costa e Limaes effectuado e estes obedece ao general em chefe do C. E. D. Thomazini. O novo exército occupa um sector proprio e independente.

O esforço que estamos fazendo para o Paiz com ella, tanto em homens como de dinheiro do ponto de vista financeiro.

A nossa participação na guerra tornou-nos uma ligação indissolvel com os nossos aliados. As novas relações internacionais são como nunca foram; gerando das mais nobres simpatias.

A propaganda contra a guerra foi tão grande que até algunos cantos, se officios portuguezes em campanha, foram lançados



nas caixas inglesas, mas quem se dizia que  
os novos soldados aos primeiros tiros aban-  
dariam as trincheiras. Aqui nem se fala.  
A profundeza tem sido reduzida; tudo  
se tem feito para não cumprirmos o  
nosso dever mas os Governos da Republica  
têm sabido cumprir-lo e irão até ao fim.

O esforço é colossal, temos de nos preparar  
para todos os sacrificios. A campanha de  
desorganização é trancada, feita pelos nossos  
inimigos que tudo apuroitam.

Todos os sacrificios que temos feito jurem  
que temos capacidade para administrarmos  
o que nos pertence. É preciso portanto ir  
até ao fim, custe o que custar, porque  
se deixarmos de fazer-lo perderiamos tudo,  
pergaríamos a nossa independência.

A França pediu ultimamente algum mate-  
rial de artilharia e tractores e a Inglaterra  
concordou abertamente com esse pedido,  
sob a formula de que o que se tomava  
necessario era auxiliar os aliados e por-  
tanto o Governo da presidencia do sr. D. Au-  
gusto foi a Alameda acader, formulando-se  
uma commissão animada pelos Ministros  
da Guerra francez e portuguez autorizada  
a no fornecimento de baterias completas  
em numero nunca superior a 15 e nunca  
superior a 30. Essas baterias são commu-  
dadas por officiaes portuguezes tendo apenas



oficiais francezes como agudas de ligação  
entre as baterias e o commando superior  
francez em cuja organização funcioam.  
São cerca de 2.000 homens com uns 200  
homens de substituição por mes.

Como o Senado vê o novo esforço é enorme,  
pois com os ingleses temos cerca de 55.000  
homens, na França 2.000 e em Africa  
como já disse, perto de 30.000.

Na Inglaterra é bem conhecido o novo  
esforço e na França começa também a  
ser bem compreendido esse esforço e  
na alta significação relativamente  
à defesa da Marinha, da Justiça e do Direito.

Aqui, temos que continuar a trabalhar  
na preparação para a guerra, em  
caso necessitando pouco mais ou menos  
de 48.000 homens para enviar acualmente

to para o território francez, e para man-  
termos a ~~uma~~ guarnição militar para  
ocorrer a qualquer facto que por ven-  
tura se possa dar. O esforço a fazer é  
inda, ~~refute~~ como mais importante e  
mais difficil de executar do que o já feito.

Devo eu constituir em Paris um gran-  
de campo de concentração de forças onde  
se possa manter um efectivo de 15.000 ho-  
mens para se aperfeiçoarem mais e  
melhor, longe da acção perniciosa de todos  
os elementos que aqui pulsam e nas lo-



qualidades e de extensões e quantias.

Vou agora referir-me á aquisição do material de guerra. Uma grande parte tem sido fornecida pelo Arsenal do Exército e outra tem sido adquirida lá fora.

Se nem todo o material foi adquirido em França é porque ha casos que não podem ser feitos pelas fórmulas burocraticas.

Cito o facto de um contrato de pechos individuais para os novos soldados que si um ano depois veio novamente ao Ministerio da Guerra.

Quando se quiz fechar o contrato, o Instituto Pasteur que era o armamentista de stambul que já não se podia fornecer.

Estou certo de que, pela longa pratica que têm nos negocios publicos pode assegurar que todos os officios que têm conhecido nas mesmas compras effectuadas se comportaram sempre com a maior consciencia e se amantem a evitar qualquer irregularidade ou responsabilidade não necessariamente punidos. O incendio do Depósito Central de Fundamentos trouxe ao País um enorme prejuizo, mas tudo já está substituido. As grandes quantidades de material mandado para a França e Africa demonstram até um grande passo dado pelas novas industrias que conseguiram quasi de per si só bastarem para todas as novas necessidades até agora.



A nova 1.ª Divisão mandada para França foi  
toda pronta a entrar imediatamente em comen-  
to. Era esta a impugnação que se quiz dar, e  
que ainda nos faltava para as primeiras tropas  
a servir para os campos de batalha.

Todos os fuzis foram armados com a nova  
espingarda Mauser e com as novas peças  
de 4,5. Os ingleses porém julgavam suas  
vantagens substituir as novas armas pelas  
espingardas inglesas, em vista das difi-  
culdades de rearmamento e munições.

Acertei a substituição das novas peças de  
artilharia pela peça de artilharia fran-  
cesa e não pela peça inglesa porque a  
francesa é superior à nossa e esta superior  
à inglesa. Assim as munições para a  
nova artilharia não foram dadas pela  
França. O material de artilharia pesado,  
as granadas de mão e as bombas não foram  
dados pelos ingleses. Todos os depósitos com o  
material e munições são pagos pelo governo  
português.

O material sanitário foi a princípio  
armado no Hospital de Brent e Aquis.  
Alcandei proceder a organização mas  
pouca - me difícil desenvolver os serviços.

Hoje agora é que começamos montar  
nos hospitais em vista dos ingleses  
a chegada das novas tropas não temos  
disponível nenhum hospital moderno.



estes primeiros tempos os novos doentes eram internados em hospitais ingleses sendo o seu tratamento feito por médicos e enfermeiros portugueses.

Este serviço está assegurado e está já accedi um telegrama do General Tamagnini confirmando-o.

A assistência medica aos doentes que se encontram aqui tambem estabelecida a não haver deficiencias.

Os serviços de saúde aqui, estão assegurados ao Sr. Presidente do Municipio e a si em os maiores cuidados e a pouco que dentro em poucos meses tudo esteja organizado. Nada se tem desamado em boa medida de difficuldade. Tambem apparecido mas todas têm sido necessarias.

Dava a ler a consençaõ.

Celastino Almeida - Aguardo ao Sr. Municipio da Guama os laços estreitamente e elucidatões que acaba de fazer e nos refero a grandia do esforço feito por S. Ex.ª na organizacão das forças militares que, quem nos colonia garantido o novo dominio, quem em França y mantido os novos compromissos internacionais e testamentando os novos ingratissimos sentimentos de humanidade e de generosidade, quem ainda em Pictroptol excedo e a ser feicoando os elementos in-



dispensavos para a sustentação de um su-  
plo exército colonial e europeu, pratearam  
também os propósitos de realimentação própria  
porque a guerra Portugal rejuvencido  
pela República.

Estão prontos para aplaudir a dignidade  
e espírito patriótico que presidiram à cla-  
sificação das concessões militares, negocia-  
das com a Inglaterra e a França.

Respecto aos officiaes que por qualquer forma  
se tenham manifestado menos dispostos ao  
cumprimento dos seus deveres militares,  
destino a dar-lhes uma vez o seu aviso im-  
ediato para os campos da batalha.

As informações, havidas, sobre o brio  
procedimento das novas tropas, digo que o  
Portugal em confraternização permanente, agna-  
com o Portugal, não lhe queira ficar a terra, que  
em energia combativa que se atira em se-  
veridade. Respecto a alianças e amizades  
vindo a paz, a mais da tradicional aliada,  
tenham a nosso lado a nobre e heroica  
França cujo prestigio internacional é hoje  
único, e a qual nos ligamos pela con-  
venção militar expressa.

Gaspar de Sousa. — Depois da longa e  
hastante exposição do Sr. Ministro da  
não posso deixar de me seguir, para,  
em nome dos senhores filiaes do Par-  
tido Republicano Português, afirmar



que ela o tinha deixado plenamente satis-  
 feito e que pensava que aquelas explica-  
 ções podiam e deviam, talvez, ser  
 dadas em sessão publica, porque, assim,  
 elas cairiam como qualquer coisa de rama  
 ante a da purificação no charco da ca-  
 lúnia, de doctores e de malquizações a que  
 S. A. fez referencia. A historia ensi-  
 na-nos que se sempre o povo tem sido  
 grande e capaz de reagir nas grandes  
 crises nacionais, nem sempre os camadas  
 dirigidas têm sabido corresponder-lhes.  
 Neste momento ponham o ouvido ao pala-  
 vras que o sr. ministro da Guerra acaba  
 de proferir, tam se felicizante e imprensão  
 de que temos, pelo menos deida que estamos  
 em guerra, no Governo romano que bem  
 sabem corresponder ao valor popular.  
 O sr. ministro da Guerra disse e disse bem  
 que estamos realizando um esforço de que  
 ninguém lá fora nos julgava capaz.  
 Veramentemai que esse esforço é mesmo  
 muito superior ao que nós proprios julga-  
 vamos ser capazes de realizar e que rea-  
 lizamos porque valamos e temos felicizante  
 quem nos dizija. Toda a expozição feita  
 pelo sr. ministro da Guerra, mas sobre tudo  
 a que se refere á concessão feita entre os  
 dois governos, portuguez e inglés e este  
 diploma revelam de parte do Governo







Tudo o material fornecido não obstante toda a ordem de dificuldades. A situação da expedição a all'quanto que faz - nos esperam em breve uma ação decisiva, sendo natural que os nossos soldados recebam assim uma vez o seu valor militar.

*à falta de qualidades*  
 O Director do Navio de guerra, attribuiu-se ao comandante General Gil, ~~o~~ a falta de preparações dos nossos soldados e ao alim. A creche das tropas que se destinam ás colonias deve ser o mais uniformemente feita e assim o tem determinado o Govern. porque visto dependa em grande parte o éxito das operações. Tem-se visto que a falta de disciplina de campanha influencia no resultado que se obtém mas não se julga que assim seja por isso que se tenham por comandantes a agnoscere.

Espera-se que as tropas do comando do Governador Alvaro de Castro empregarem todos os seus esforços para nos deparar, sendo uma convicção que o Governador tenha preparado convenientemente as tropas que elle dirige.

Relativamente ás convenções, a que o governo requerido se refere entende que cabe ao m. officio do Embaixador ou os negociadores esclarecimentos.

A expedição do m. officio da Guerra dispõe-se a fazer suas considerações.



Colatino de Almeida - Observar o meu officio  
aos Senhores Colonias que, o que respeitava a con-  
venções sabia mais especialmente ao meu  
officio de Estrangeiros veria-lo, quando elle  
contem a palavra a proposito do quanto  
tercino. Doum o confuso da redacção do  
quanto teve teu embarcamento o meu officio  
tu era uma resposta por se me esquivar  
que quanto ao fôrno ou confissão, milita-  
res enviados para as Colonias antes da decla-  
ração de guerra para a Alemanha conven-  
ções algumas havia a fazer fome com  
quanto fome, pois se tentava de morrer e  
indispensáveis providencias a tomar para  
a guerra e commercio do novo dominio  
Colonial, não podendo portanto ter havido re-  
gravações de qualquer natureza, após  
a declaração de guerra com a Alemanha,  
pois que certos delegados como panama  
a ver competiam nos conjugar a uma  
acção militar com quem nos convieram,  
no caso a nossa velha aliada a Inglaterra.  
Fernão de Azevedo - Em cumprimento  
das prescrições regimentares cometto por  
tôr a moção de ordem para que a 4.ª  
pedis a palavra. Lê:

Morão de Azevedo

"O Senado felicita o Rei e o Governo pelo  
thor das convenções militares celebradas com  
a Inglaterra e com a França e pela situação



internacional brilhante que Portugal seja  
 triunfante, fazendo votos e confiando que, em  
 quaisquer convenções, em acordos, que com  
 outras nações hajam de celebrar-se, o Governo  
 se inspirará nos mesmos sentimentos de  
 honestidade e patriotismo que presidiram à  
 elaboração das condições ajustadas militares.  
 Como V. Ex.<sup>cia</sup> vê a minha moção poderia  
 dividir-se em duas partes, a primeira de elo-  
 gio aberto pelo que está feito, a segunda a  
 esperança de que igual elogio mereça a execução  
 o que houver por fazer.

De lo que se refere à apreciação das condições  
 militares elaboradas com a Inglaterra e a  
 França creio que não precisa justificação a  
 minha moção que exprime a impressão que  
 a todos os imperadores havia em sua lei.

Atas se respeitarem todos os princípios da nação  
 livre e independente. Atas se enquadra tudo  
 que quanto ao esforço possível se executar  
 se poderia razoavelmente esperar de Portugal  
 e nem tanto a muitos se afiger moção  
 possível e anequível em esforços antes de  
 realizado.

Atas de V. Ex.<sup>cia</sup> me. Presidente, tem promulgado  
 como membros do Governo Provisorio da Republica  
 a organização de governo que o democratico  
 que transformou Portugal em nação unida  
 Todos sabem as dificuldades com que foi pre-  
 cisos sempre lutar para organizar uma



expedições para as novas colônias, reprimir  
as insurreições indígenas, expedições que nas  
nas vezes atingiam mil soldados, oficiais  
e sargentos que saíam de Portugal sem  
instrução, sem elementos de defesa que só  
consequiram a fúria de muita bravura e abe-  
negada dedicação dos que as acompanhavam.

A repugnância ao serviço militar era ma-  
nifesta em todos os classes sociais e a im-  
portância política colocava-se sobre a base de  
quem mais conseguisse quanto a isenções de  
recrutamento. As doutrinas antimilitaristas que  
por pouco não deram cabo das tradições militares  
da França, tinham-se introduzido em alguns tra-

balhada portuguesa e fugiam nos quartéis  
portuguezes proscritos em quantidade enorme.  
Uma proclamação que se comunicava às  
paróquias, curas, idios, que sobre tudo insin-  
davam as esculhas do campo que consideravam  
o serviço militar como a sentença de morte  
pronunciada contra os homens das suas fami-  
lias, considerando como um Deus salador  
aquele que se tal sacrificios se imantam.

Essas doutrinas que exigiam um as di-  
ficuldades que a principio provinham a Fran-  
ça na situação inferior em que se achava  
no principio de actual guerra e que com o  
fome a heroica resistência da Bélgica e  
invasão iniciada da guerra teria colocado  
a França na mais deplorável situação de



venida sem lhe poder valer o auxilio da Inglaterra que por seu turno se encontrava sem soldados para fazer face aos primeiros exércitos do mundo que levasse guerra contra a organização - se com o intuito de ammentarem - se do governo do mundo e observar a liberdade e o direito publico da Europa suplantando todo o hegemonia francesa e fazendo do mundo a grande patria alemã.

Quando, como presidente da Comissão de Defesa Nacional, tive que pôr-me em contacto com todas as camadas sociais para as fazer receber o espirito patriótico militar, encontrei-me frequentemente de frente com o proselitismo anti-militar que prevalecia na propaganda do operariado alemão entre os socialistas franceses e tive por vezes que rebater argumentos e até mesmo que sair argumentando de similitudine e principalmente de desconfiança e falta de confiança no proprio valor e por ventura mesmo indicações da manifesta dorrença na possibilidade de nos defendermos mesmo quando formos atacados no nosso territorio e que estivesse contra nós inimigos a ameaça de uma abominação.

O argumento era que por suas desconfianças confiar na esquadra inglesa, por tanto na consciencia das grandes nações armadas que disputariam a presa e seriam as primeiras a não permitir a formação



uma grande missão na Luminosa que fizemos  
obra é uma profundidade.

Então pensava-se que os armamentos das  
grandes nações eram a única salvaguarda  
da sua existência, paz e a única garan-  
tia que para elas existia de sua liberdade  
e independência. Debalde me esforçei eu  
e os meus companheiros de propaganda, a  
demonstrar que quem se não disporese a  
defender-se não poderia esperar que lhe  
valeriam os tratados com os exemplos da região  
Balcânica e da Itália em que existia  
a vitória daqueles e a derrota desta que comi-  
ta as violações de preparação para a guerra  
que nunca a outra região existia.

Triunphou a boa doutrina, e a propaganda  
da defesa nacional apoiada pelos partidos  
da República teve finalmente, em tri-  
unfo suas declarações feitas ao público  
pelos três chefes de partido de que apoiavam  
por todos os meios a preparação para  
a guerra como único meio de obter a  
paz e garantir a futura independência.  
Como dificuldade que se apresentava em  
various levantou-se a questão pecuniária,  
no estrangeiro não se podia alcançar um  
vintém sem que se hipotecasse algum  
rendimento público até que felizmente os  
milhões da administração republicana  
consequiram fechar as contas de governo.



Requeto

com valde a pesar da diminuição do im-  
 porto de consumo, da criação de milhares  
 de contribuintes pobres e do pagamento in-  
 tegral da nossa dívida flutuante interna.  
 Tudo isto permitiu que os superavitos  
 se destinassem à aquisição de material  
 de guerra e foi o conjunto de todas as con-  
 dições a que tanto aludido que conjuncta-  
 mente com o brilhantismo heroico do cor-  
 po expedicionario produziram a situação  
 brilhante internacional que o Paiz hoje  
 disfruta. Era situação de firmeza em  
 toda a imprensa internacional comparan-  
 do o que hoje diz de nos com o que dizia antes  
 da proclamação da Republica. Em tempo  
 mesmo para todos suspeitos de não paga-  
 mos as nossas dívidas, mesmo retrogrados,  
 mandados, ingovernáveis e insusceptíveis  
 de menor credito. Dizia-se abertamente  
 que devíamos ser espropriadores das nossas  
 colônias que não sabíamos administrar e  
 não ensinávamos que por outros meios se  
 vadas as caminhas do progresso que eram  
 dignas de todo quanto podíamos fazer.  
 De mais humilhante e de mais degradante  
 era a situação que contra nós de toda  
 a parte se levantava e nos apontava.  
 Hoje o contrario é o espirito europeo: de  
 todos os lados se levantam elogios e laudes  
 ao nome Paiz, ao nosso procedimento como ali-



ado da Inglaterra, no seu caso, no seu direito,  
to, a coincidência de uma livre e independente  
rente. Isto o conseguiu o povo português com  
a forma porque se apresentava para a guerra  
e a maneira porque nesta se teve portado.  
Alguns mais se o povo português como como  
grandes eus históricos da nossa independen-  
cia salvou Portugal de abismo que lhe  
havião preparado senhores terríveis  
instituições de energia e de verdadeiros comba-  
timentos da obra nacional.

O movimento de Portugal nunca  
acessa de brilhante futuro que se nos  
antecipa, ha, pois, um pequeno ponto in-  
curo que concerne esclarecer e que seguiremos  
mente. Governo nos actuar com capti-  
vidade terminantes e definitivas. Refiro-  
me a uma fantasia de harmonia ibe-  
rica core que a insipiente portuguese e  
a hespanhola têm anunciado o futuro da  
Patria Portuguesa. Nunca de Hespa-  
nha deite o tratado de Tordesillas um  
que se definitivamente as linhas limitadas das  
conquistas e descobertas portuguesas e  
pois nos tem provando com que não se  
nos interessamos a que mais que por pala-  
vras afirmamos e contrarios a mesma ideia  
politica que pode conseguir trazer hespa-  
nha e um pensamento comum e a  
abrir peão de Portugal que lhes traria



um prodénio colonial e a navegação de as-  
piração do mar de Castela que só teve uma  
excursão efêmera com a campanha fi-  
lipina de encanada memória.

De lá vem vinda inspiração, impetuosa de  
jardens por D. Afonso, a vontade de fran-  
casas um Portugal finalmente os maiores  
destrutur da nossa história.

É pois a minha que, para corar os nossos  
conhecimentos, o Governo nos diga qual é o al-  
canse que fide a aproximação com a His-  
panha por parte de Portugal traduzida  
na expressão "Harmonia Ibérica" que neces-  
sita um explicação para elucidar os  
totos os verdades, patriotas e combacimen-  
to daqueles que estão em regime de pro-  
logio popular - de Hespanha com bom sen-  
to não tem caracento.

José de Castro - quando para a mesa a  
minha mesa e momento que os meus  
afazeres profissionais não tenham per-  
mitido assistir as discussões da presente reunião  
reunida. Com isto justifico também  
o motivo que me levou a assumir o re-  
querimento pedindo a reunião reunida.  
Como representante da Nação entendo que  
esta tem o direito, por meio dos seus manda-  
tários, combater o que o Governo tem feito  
relativamente ao problema da guerra,  
que em África quer em França.



Então que o Governo tem, contra o que muitos  
premam, justificadamente deitando de seu  
plano conhecimento ao publico de todas as  
rendidas de que tem lançado mão por quanto  
a opinião publica não está preparada para  
na tudo conhecer em todos os detalhes.

Vejão-se emborramos neste momento pois  
que não tendo assistido ao começo da sessão  
pode acontecer que me não se supor de muitos  
já tratados. Se tal meodar não comete  
nem a falta.

Pergunta: Se entre Portugal e a Inglaterra  
se estabelecer alguma convenção  
de natureza militar ou melhor respeito  
tanto si com intervenção na guerra e  
quanto os seus pontos capitales, isto é: duas  
as suas armadas e as suas vantagens.

Também manifestos o desejo de saber:  
Se as expedições enviadas à Africa, quer  
occidental quer oriental, têm contribui-  
do às necessidades importadas pela guerra  
nasquelas regiões; e que delles resultou e  
o que delles se espera com respeito ao  
melhoramento das nossas colônias  
e sua integridade.

Comtudo não tem havido a duvida de se  
cáo nos tropes enviados para a Africa  
resultando de tal facto terem baixado ao  
hospital em menor de tres annos mais  
de 50% das para ali mandados. Esta facto



notas - e principalmente no Roumano.  
 Espero que o sr. ministro das Colónias  
 salará de futuro alguma que fôr  
 semelhante ao que têm, criando fôrça  
 a África a poucas horas volutas e em  
 condições de poderem resistir ao clima.  
 Terminando fazendo votos porque o Governo,  
 ao qual fôrça a minha maior honra,  
 nação pela sua obra patriótica, con-  
 tinue a levantar bem alto a honra da  
 Patria e da República.

Ministro dos Estrangeiros, digo:

Celastino Almeida - Ao sr. Minis-  
 tro dos Estrangeiros, sua direção para que  
 S. E. se digna formular ao Senado os en-  
 clavaamentos e alterações pedidas no  
 3.º ponto formulado na petição dos con-  
 voadores, de senas segreda. Certo es-  
 tou que os enclavaamentos que S. E.  
 vai dar, são amplos e completos, mas  
 caso assim não podera meado, por me-  
 lindas, dardem absolutamente superiores,  
 espero em todo o caso que S. E. consen-  
 tirá precisamente qual a natureza  
 e importância de tais melindres para  
 que o Senado ricientemente os possa apreci-  
 ar.

Ministro dos Estrangeiros. - Antes de  
 me occupar do assunto que constitua  
 propriamente a pergunta formulada



pelos mrs. Lundnes que convocaram em pa-  
saram a sessão secreta, ferri os Lundnes  
a leitura de importantes documentos que  
largamente o esclarecem sobre a poli-  
tica seguida no Ministerio dos Neg-  
cios Estrangeiros, com relação á nossa  
participação na guerra europea.  
Tendo recebido a magna de não não  
prezentes os illustres representantes do fran-  
tido unionista porque, tendo sido o chefe  
de um partido que mais vigorosamente  
combateu a neutralidade e tal respeito  
tomada pelos gabinetes ministeriaes que  
que derigiram o paiz desde a declaração  
da guerra de Alemanha, com excepção do  
Ministerio Unionista de Castro, depois apre-  
sentei este curso para perante os se-  
nhores de honra que, sem possível  
contendação, a politica internacional se-  
guida até hoje é a mesma que mais convem  
aos interesses do nosso paiz. Somente em  
uma sessão secreta se pode, por enquanto,  
fazer afirmar, desta occupação de  
as tas respectivas provas porque estas  
nuns são segredos que não pertencem so-  
mente a Portugal. Isto explica a não pu-  
blicação d'um livro de um que inteiramente  
de esclarecer o paiz e que a fazer-se, (con-  
tra todas as regras e precedentes internacionaes  
mas por isso que não se tem de fazer.



ções findas, mas antes de negociações, em  
 marcha), constituição não sem esse ca-  
 ral que, além do mais, poderia prejudi-  
 car a política dos Aliados. Alguns não  
 estando presentes os representantes do Par-  
 tido Unionista junto aos nos. Senhores  
 presentes que formularem todas as perguntas  
 que entenderem sobre a marcha das ne-  
 gociações internacionais relativas à  
 guerra, porque temos aqui todos os docu-  
 mentos que se a essas negociações se re-  
 feram. (Em seguida o senador lê à Câmara  
 os documentos mais importantes que existem  
 no Ministério dos Negócios Estrangeiros  
 desde 2 de Agosto de 1914 até 7 de Novembro  
 do mesmo anno.)

Esses documentos marcam bem a linha  
 geral que regiu o Gabinete presidido pelo  
 Sr. Dr. Bernardino Machado. Li-os à Ca-  
 mara muito de propósito, pois que foi du-  
 rante esse Governo que mais afirmativa-  
 mente se dirigiu a nossa política  
 internacional com relação à guerra.  
 Houve, certamente, neste Ministério uma  
 certa diversidade de opiniões, e de movi-  
 mentos, houve hesitações e até algumas con-  
 tradições, mas na sua linha geral, nos  
 seus pontos fundamentais, a política en-  
 tão seguida foi, na verdade, a que mais  
 convinha aos interesses do Paiz. De-



mostrando, sobre todos os outros, o documento  
que li, com data de 9 de Novembro.

Minim esclarecida a politica seguida  
pelo Gabinete Bernardino Albuquerque, mas  
trahi qual foi a linha seguida pelos sen-  
hores Ministros que se lhe seguiram.

Tanto no Gabinete Victor Hugo Ayres  
quanto como nos dois ultimos Gabinetes  
foi de Cartas e em todos os que a seguir  
se formaram até hoje, tendo sido em o  
Ministerio dos Negocios Estrangeiros e Affie-  
ros que sempre se seguiu outra politica  
que não fosse aquella que ficou definida  
e mandada nos Decretos e a mocção do  
Parlamento. Os documentos que li no Con-  
gresso, a grande de Declaração de guerra da  
Assembleia ao nosso paiz, mostram bem  
qual foi essa politica, mas estão prontos  
a esclarecer o Senado se alguma duvida  
a tal respeito restar.

Entendo que se não entrada na guerra  
se vantajosa adrição para Portugal.  
Fazemos grandes, e sacrificios,  
mas temos largas compensações.

É indispensavel reconhecer qual era a nossa  
situação nos negocios de se declarada a  
guerra: A Assembleia procurava por to-  
das as formas aproximar os dois nossos  
colônias. Além de uma ação comercial que  
já tinha revoltado as influencias inglesas



e fumaça. Outros tempos, da organização  
minha, fugidamente científica, adqui-  
ris ações dos Caminhos de Ferro africanos e de  
Campanhas Coloniaes e, aqui na Euro-  
pa, exercia função de tal natureza que  
difícil ou impossível seria resistir-lhe.  
E não falo de tratados, secretos... ou de  
combinações com outros países...

Logo dizem-me que não respicava eu  
quanto as nossas colonias africanas  
corriam um grave e iminente risco.

Oprimido de as perdas me afligia todo aquelles  
que alguma coisa conheciam do que se ia  
passando pelo mundo. E de tal forma acim  
era que sem os mais altos espiritos do mundo  
Diz affirmou que a guerra tinha sido a  
rota grande para Portugal. Assim o pa-  
ro. Mas para que efectivamente esta  
guerra fosse a rota grande para Portu-  
gal era indispensavel que Portugal conse-  
guisse valer-se a ponto de poder ser  
muito na hora decisiva de sua legit-  
mação.

O primeiro dever dos politicos portugueses  
consistia em colocar o país em condições  
de ter voz e voto na Conferencia da Paz.

Além do dever natural e simples de  
defender o seu Territorio por meio das ar-  
mas, como succede e succede na Africa,  
além da obrigação de repellar os ataques trai-



coiros e ferros por atacado, tinha o Duz o  
poder de se conduzir de maneira que onde  
quer que se discutisse os destinos da Europa  
a sua palavra tivesse representação.

Logo se podia compreender-se sobre a nossa  
participação na guerra da Europa.  
Esta minha opinião é não como muito gran-  
de dizem-se que a nossa acção na África  
seria suficiente para nos colocar ao lado  
dos Aliados e com os mesmos direitos de  
tudo eles. A nossa acção na África,  
por mais extraordinária e brilhante que ti-  
ver sido, seria unicamente considerada  
como defesa do novo território. Não to-  
rnamos o aspecto de uma cooperação, de uma  
colaboração com os Aliados. Não nos  
daria na conferência de paz o lugar que  
nos merecíamos. Se as nossas forças,  
se a organização do nosso exército, nos  
primeiros dias da guerra, fossem tais que  
nos permitissem fazer longas conquistas  
na África ainda poderíamos sustentarmos a  
opinião que defendemos a política é japonesa  
que dá-nos adivinha uma situação de  
destaque capaz de nos garantir o lugar  
de que absolutamente carecemos na re-  
união dos povos em que tenha de discutir-se  
o futuro de cada um.

A prática mostra-nos que esta política  
seria um erro fatal.



As forças que são mandadas para a  
África, logo que foi preciso, procuramos  
fazer com que elas fossem bem pre-  
paradas e munidas. Succedeu que, a-  
prezar de todos os esforços e da admira-  
vel qualidade dos soldados, a deficiên-  
cia de preparações, resultante de não  
termos um exército como devia ser,  
trouve sempre tan difficuldades que che-  
gam a ter pelo menos a apparencia d'um  
giro.

Não ha duvida de que a accão dos nossos  
homens em muito concorrer para a des-  
nosta dos almas, em uma e outra costas  
da Africa, mas tambem é certo que elle  
faltou o espectaculo de conquista de ter-  
ritorios naquelas porções que devia  
ter para se valerem a toda a altura.

É que não era materialmente possi-  
vel, no estado de perfeita desorganiza-  
ção em que se achou o novo exército,  
fazer mais e melhor. Se tivéssemos  
arrivado como plano politico de Dou-  
gel nesta guerra, a sua simples cola-  
boração em Africa, títamos fallado  
e falido miseravelmente.

Felizmente predominou a politica  
de cooperação na Europa e, atra-  
vés de todos os sacrificios, ella é, segun-  
do julgo, a nossa salvação como grande



paiz colonial. Gostei muito o interres-  
te discussão do Sr. Luíz Ferraz de Azei-  
vedo. Dele seu passado de politico uniano,  
e, pelo seu nome, pelos longos e nobres  
momentos que viveu na nossa politica  
actual, as suas affirmações, estão revestidas  
de tal autoridade que não pode  
divisar de elle ser o maior caloso.

Este discurso installe-se nestas palavras  
que o illustre Luíz Ferraz pronunciou com  
uma accentuação condescendente: Em poli-  
tica internacional não se podia fazer  
nem mais nem melhor.

É agora o momento de responder á  
questão que tem o D.º 3 e que especi-  
almente me dá "respiro".

"Sobre as vantagens asseguradas  
a Portugal na hipotese de uma  
paiz com victoria para os aliados,  
que sejam vantagens respeitantes  
a territorios, que sejam vantagens  
de natureza politica, economica ou  
financeira."

Davese que quem faz esta alguma-  
coisa deve ter conhecido para o exe-  
lente nome que Portugal tem hoje in-  
ternacionalmente. elle seja quem  
for, o que é certo é que ninguém  
pode negar que o nome de Portu-  
gal é hoje pronunciado no mundo de uma



Brieto

numa linha bem diferente do que tinham sido até agora.

Voto a manifestar neste momento a minha reacção por não ver presentes os representantes do partido unionista para lhes perguntar se alguma palavra tinham a contrapôr a essa afirmação. Certo está de que não tinham. E então perguntar - lhes - ia se esse nome que hoje temos no mundo, não nos dá uma longa autoridade para exigirmos o mesmo lugar entre os países colonias que já foram perdidos nesta guerra. É isso mesmo já longa vantagem asseguradas a Portugal, o seu direito de entrar na conferência da paz e de ter palavra, opinião e voto? Não será a conquista desse lugar por ventura a mais difícil de todas e a mais valiosa? O certo pertence ao ativo que Portugal leva e às pessoas que o representam. Quem isto tiver que não tenhamos, euidado de assegurar em todas as oportunidades ordinárias que nos competiam? Não. Bem ao contrario, a nova politica foi cuidadosamente feita sobre a base afirmada e confirmada da "integridade moral e material do novo territorio continental e colonial". Assim o dire-



mas a Inglaterra clamantemente, co-  
teguicamente. (Lê documentos).

Assim a Inglaterra o entendeu e acci-  
tou. (Lê documentos). É que tal plan-  
taforma foi já considerada como fun-  
damental por todos os Aliados, prova-o,  
entre muitos outros, o facto de ser mo-  
dificada a resposta dada ao Presidente  
de Wilson, quando da tentativa de paz,  
pelos Aliados. Nessa resposta me-  
gurou-se que Kianga, tal como Al-  
racia e Honra, não ficasse sendo  
considerada uma concessão mas uma  
simples reparação. (Lê documentos).

O que é preciso, o que se torna indis-  
pensavel, absolutamente necessario, é  
que os representantes na Conferen-  
cia de Paz não recebam a maior  
autoridade mundial. Para isso é in-  
dispensavel tambem que o paiz não  
diminua de proprio o seu esforço por  
questões marginaes, politica de retar-  
hação e Fataques pessoais que só po-  
dem conseguir a diminuição de pres-  
tigio que deve revestir quem venha a  
ser encarregado de defender os grandes  
e fundamentais interesses do Paiz.

Se ooubenmos conseguir, ou ficos pelo  
resto, pelos resultados que se me afe-  
geram dignos de nós e do novo passado.



Celentino Almeida. — A boa expectativa  
 que ha pouco formulei, teve completa  
 e actual realisação, pois que os credencia-  
 cimentos dados por S. Ex. ao Senado, o  
 satisfizeram completamente e lhe  
 desfiguram de todo algumas simulações  
 de dúvidas, ligeiras hesitações de vario-  
 cínio que, o não perfeito conhecimento  
 dos factos autorisava por vezes, a vir  
 annuam — ma o espirito. Do momento  
 presente me diante fies, porém, tran-  
 quilo, merei dos esclarecimentos que  
 acabam de me dados no Senado.

Gaspar de Lemos — Vou apresentar a  
 seguinte moção que mando para a mesa.  
 (Lê.) O Senado, tendo ouvido as explicações  
 e completas explicações dadas pelo Governo  
 em resposta ás perguntas que lhe foram  
 formuladas sobre os assumptos que foram  
 objecto da presente moção secreta, con-  
 sidera-se plenamente satisfeito e confia  
 inteiramente nos resultados da patrio-  
 tica acção do poder executivo.

Douce — me que esta moção não ca-  
 nce de maior justificação porque está  
 de robejo feita por tudo quanto se tem  
 passado na presente sessão secreta. Está  
 is pelo que diz respeito ás explicações  
 do governo, mas tambem pelo que foi dito  
 nos discursos de velleiros Senadores, dizia



que de tudo lhe ficou a mais grata e confortante impressão. Da parte do Governo ouvi as explicações relativas à nova intervenção na guerra, de carácter militar dadas pelos illustres ministros da Guerra e Colónias, de carácter diplomatico pelo illustre ministro dos Negocios Estrangeiros e de carácter financeiro pelo illustre Presidente do Governo e ministro das Finanças. E das suas declarações tive a grata confirmação de que tenho felizmente o governo que as circumstancias historicas mencionadas exigem. O illustre Senador José de Castro disse que o povo ainda não comprehendeu bem a vantagem da nova intervenção na guerra. Não é assim. O povo, com a admiração e intrinseca patriotica, comprehende ou sente bem que intervindo na guerra defendemos, com uma causa justa, os nossos mais altos interesses e a nova honra, engrandecendo-nos pelo novo esforço, pelo novo sacrificio possível, entre os outros povos. O sr. Senador Ferreira do Amaral teve um ponto muito interessante: O das nossas relações internacionais e sobre tudo com a Inglaterra, a qual não é fiel mas fiel aliada, junto da qual nos valeríamos e com a Espanha com a qual devemos viver em boas relações mas perante a qual devemos



estam preocupados sempre. As suas par-  
lavas do seu. Fervor do Anual e respo-  
denham em termos daos taes, no Mini-  
stros Estrangeiros como o Presidente do Go-  
verno e Gali - ma muito quanto ouvi. Os por-  
que tanto para mim como bem accetada  
a fuzer dum jornalista que ha tempo es-  
uvia que nos estamos virados para o  
mar e portanto de costas para a Espa-  
nha. E' bem mais ter pelas costas per-  
sonas com quem nos estajamos em boas  
relações, mas o nono principal convi-  
o onos pode ser com quem está aty-  
te nos. Tachos com outras relações in-  
temacionaes. Entendo que as que se referem  
mente temo com a Inglaterra são  
precisões. ellas paço que de do Brazil  
que robustos concorre que nos aproxi-  
mamos. E' antes que as nações se pre-  
param para depois da guerra, se agrem-  
parem em sistema, ou regime, econo-  
micos. Pela mesma forma que os au-  
tom-aleman, tendamos a constituir o seu  
regime, formam-se ha por tanto o regi-  
me anglo-latino da que tomamos de fazer  
parte ou ser satellites, porque não po-  
demos existir fora da sua orbita?

Dois outros para que possamos ter ha-  
que convenientemente neste sistema, em  
que a semelhante da politica econo-



única que já se processava na Inglaterra para se formar a grande, a nova Inglaterra mundial com a metrópole e domínios Britânicos, se inicia entre nós uma política destinada a fazer do Portugal continental, do Brazil e colónias portuguesas o grande paiz da raça portuguesa. De Portugal pode fazer-se o laboratório de preparação de homens, a fonte de elementos éticos que mantêm viva e desenvolva a raça no tanto Brazil; as novas colónias têm de naturalmente se encaminhando para a sua unificação, e, para a sua emancipação que as tornem um futuro mais ou menos próximo em curso que se vá imbuindo. E também nos tratamos com boa vontade e poderemos ter ainda um largo e brilhante logar na civilização universal. Neste momento, com a intervenção na guerra, animo o creio, atingimos uma culminância donde podemos avistar, à luz do clarão que vem da batalha, o futuro com orgulho e futuro com esperança.

Silva Ramalho. — Deajo fazer duas perguntas ao Governo:

- 1.ª Ha alguma correspondencia travada entre as chancelarias de Portugal e Inglaterra, sobre a nova participação na guerra, no tempo do Governo Dimas de Cos.



Tro?

2.º Tem o Governo conhecimento de officiaes portuguezes do C. E. D. em França, quando da visita a Paris, têm entretantos compenhas suspeitos de hostilidade ao regime republicano, á Inglaterra e França, sendo os portadores de correspondencia de nos officiaes, para com ella fazer propaganda nos quartéis, contra a nova practica facção na guerra civil, substituindo a animo á guerra?

Ministério dos Negocios Estrangeiros. — Sobre a primeira, tenho a dizer que durante o interino de guerra de Carlos houve um completo abandono pela questão da guerra e relacionamente á requisição do Governo na guerra.

Ordem. — Em vista da resposta do Governo, devo chamar a attenção para a condução dos officiaes do regimento de infantaria 7 que se necessitam a acompanhar o seu regimento, se dirigindo-se para a estação do caminho de ferro, individualmente, a grande do seu embarque e á ultima hora, receios de certo das consequencias da sua falta em parca. É porque alguns destes officiaes são manifestamente hostis ao regime.

Celestino Almeida. — Dirigi-me ao ministro do Ministerio para que A. D. se



fique presente ao Senado em lanceamentos e  
discussões sobre os 4.º, 5.º e 6.º quesitos formula-  
dos no pedido de convocação desta reunião re-  
vista. Procedo assim por S. Ex.ª haver dito  
no primeiro dia desta reunião que a ele cabe-  
ria especialmente a resposta aos mesmos  
quesitos. Fui a leitura conjunta dos  
mesmos quesitos por motivo da convenção  
maior ou menor que elas entre si apre-  
sentam; facilitando a ordem de exposi-  
ção dos respectivos esclarecimentos que  
S. Ex.ª fará como melhor entender.  
Ao Senado peço uma parenta apre-  
sentar dois novos quesitos que discuti-  
vamos 7.º e 8.º de iniciativa pessoal, e que  
pela convenção que apresentamos com os  
4.º, 5.º e 6.º aos convocadores solicitando do  
sen. Ex.ª a respeito de perguntas que touve a  
tudo em conjunto, em consideração, na  
resposta esclarecedora que vou dar, ou  
se commitere em separado, se assim jul-  
gar conveniente para a clareza e faci-  
lidade de uma exposição.

(Sê os 4.º, 5.º e 6.º quesitos e mais os seguintes:)

4.º Sendo indispensável recorrer ao  
aumento das receitas do Estado para sa-  
tisfazer aos encargos resultantes das des-  
pesas da guerra, quando tenciono o go-  
verno propor as providencias para isso  
indispensaveis.



8.º Qual é a orientação que o Governo se propõe seguir, para a obtenção dos necessários recursos?

D. Presidente do Parlamento (Hernando Costa)

- Responde ás palavras do senador Celso de Almeida, com as palavras que se referem á cedência dos navios, alemães, á Inglaterra, que tem vindo de fazer a reunião feita para se explorar o sentimento nacional, mas com menor força a despres-tizagem para a Alemanha. Felizmente que, em sentido contrario, se tem feito uma politica patriótica que coloca o Governo em condições de não poderem ser atingidos por ninguém e muito menos pelos profissionais da intriga e do boato.

Declarada a conflagração, o Governo tem de logo fazer na apreensão dos navios alemães. E qual pensamento tem a Inglaterra que em seguida solicite a nós a sua cedência. Devo declarar que os termos em que o fozia não eram os melhores, nem os mais convenientes para os interesses nacionais. Entretanto as novas relações com a Alemanha já se vão definindo, sendo nós por ela claramente hostilizados em Africa.

Sim, o Governo poderia, desde logo, apropriar-se de todos os navios ancorados nos nossos portos. Não precisamos, tivemos



53  
Tivemos o mesmo cuidado e estudamos  
o assunto sob todos os seus aspectos. Havia  
que evitar varios perigos, entre elles o da  
declaração de guerra immediata por parte  
da Alemanha visto não estarmos ainda  
preparados para o combate.

Havia duas correntes relativamente á  
nova intervenção na guerra; — a dos que  
pretendiam a nova intervenção apenas  
se a Inglaterra exigisse e a dos que tem  
favorem que ella fosse clara e terminante  
mente no sentido de irmos para a guerra  
salvo se a Inglaterra expressamente e por  
uma iniciativa considerasse inutil e preju-  
dicial, a attitude mais patristica e mais  
robusta a unica que convinha aos altos in-  
teresses da Patria, aquella que sempre defendi.

ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

Quanto aos marcos entendam o Governo  
que só havia um caminho a seguir —  
o de fazer a sua nacionalização, incorporando  
o maior numero que fosse possível na  
nova marinha mercante, base indis-  
pensavel para um rapido desenvolvi-  
mento do novo commercio e da facilitação das  
relações entre a metropole e as colónias.

Seguidamente a Inglaterra, graças a uma  
oportuna ação diplomatica do Governo portu-  
guês, fez, em nome da aliança, o pedido  
a Portugal, nas condições mais honra-  
veis para nós.



Com respeito á expedição dos navios me-  
 dou o que era natural e logico, apesar de  
 termos legitimidade para a requisição.  
 A Alemanha sentiu-se ofendida no seu  
 orgulho e declarou-nos a guerra. E assim  
 chegámos que a situação se definisse  
 sem que os contemporaneos ou a historia  
 possam accusar-nos de idealistas ou pre-  
 cipitados. De resto o Governo da Repu-  
 blica não queria declarar a guerra por  
 ambatamentos, mas era inevitavel a  
 nossa cooperação e por isso não hesi-  
 tamos em reclamar os navios. Logo,  
 na verdade, o povo portuguez, pelas suas  
 palavras e pelos seus actos reunidos vezes  
 repetidos, mostrou sempre um grande  
 desejo de entrar na guerra, pois com-  
 prendeu desde logo que era semia o ca-  
 minho mais rapido para a nossa trans-  
 formação, se maninha a guerra, inter-  
 nacionalmente, numa guerra forte  
 e respeitada. Requisitamos pois a  
 tonelagem alemã e austriaca que  
 era de 242.809 toneladas. A Engla-  
 terra no allegue total que nos propõe,  
 offereceu a principio 8 achalings, por  
 tonelada e por mês. Não accedemos desde  
 logo, porque desejavamos applicar os novos  
 movimentos commercial numa parte im-  
 portante da nossa tonelagem. Entra-



Tanto os aliados, se aliança exigiam que  
era tonelagem fosse distribuída por todos  
os aliados, medida esta que foi seguida  
com as outras nações. A nova tese,  
porém, era a de que uma parte im-  
portante nos ficaria prestando para  
o novo serviço. Do outro lado a En-  
glaterra, prevendo a instabilidade da guerra  
na submarina, insistiu mais tarde para  
que rendamos os navios, oferecendo três  
milhões e mais de libras, sistema que nos  
era muito nocivo para então e sobretudo  
para o futuro e por isso o governo se opôs,  
declarando que não venderia os navios por  
preço algum. Foi difícil vencer esta  
questão, assim como a de salvar uma  
grande tonelagem, porque eramos alia-  
dos, obrigando uma aliança a fazer um  
sacrifício. Contudo e por esforço neste  
matéria e continuo do governo, come-  
çamos ficar com 20% de tonelagem, me-  
do certo que, se a ideia do natalis pelos a-  
liados tivesse vingado, a Portugal não  
caberiam mais de 5%. Debateu-se de-  
pois a questão acerca dos tripulações dos  
navios, conseguindo nós que fossem todas  
portuguesas e ganhando um milhão de  
libras, como pode ver-se na conversação  
que se encontra no Diário do Senado. Se os  
navios se afundarem, a Inglaterra



pagaria o respectivo reguano que e de 20 libras por tonelada de guerra. A tonelada que se afundada vai ja no Thesouro portuguez 350.000 libras. Vou ler a convenção, animada pelos governos portuguez e britanico, desejando que o texto dessa convenção figure na acta da sessão seguinte. A lucta pelas terras nortem-tudo para se conservarem as nossas tripulações tem sido honrosa. Depois se viu que delas têm procedido bem, revelando coragem e saber profissional, outras têm demonstrado a maior incompétencia, fugindo por insuportáveis serviços, pelo que tivemos de pôr officiaes de Marinha em França e Inglaterra para superintendorem nelas. O Senado compreendeu a vantagem de manter tripulações portuguezas a bordo de navios portuguezes. No momento em que se reunia em Portugal o agravamento da crise da subsistência fallavam entretanto oito navios representando 28.128 toneladas. Foi preciso um grande esforço diplomatico, para conseguirmos que a Inglaterra cedesse, o que se teve obretudo a intelligencia e patriotismo do sr. ministro dos Estrangeiros que conseguiu que ficassem com quatro das nossas navios e ainda

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA  
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR



trabalha para que os outros quatro sejam  
exclusivamente destinados a fazer carrei-  
ras para Portugal. O governo, não con-  
tente ainda com esta cedencia do gover-  
no Britanico, espera conseguir ainda  
que duas caminhas nos sejam confia-  
das ficando nós, terra maninha, com  
 $\frac{1}{2}$  da tonelagem aforçada.

Respondendo agora á parte final do que-  
rito n.º 4, deixo que o producto de algumas  
dos navios de Inglaterra tem entrado dire-  
tamente nos cofres publicos como receita  
do Estado, elevando-se, até agora, a 7.400 con-  
tos; quanto aos outros navios o rendimento  
tem variado conforme a sua administra-  
ção, mas por melhor que da seja, nunca  
realizaremos uma receita que correspon-  
da á que recebamos da Inglaterra.

Quanto aos navios que ficam para  
o governo portuguez só agora é que es-  
tão sendo administrados como sempre  
intendi e recebi. É a administração  
directa que espero dará outros resulta-  
dos. No entanto dirá que esse processo não  
dá tantas vantagens directas como o que  
se recebe com a Inglaterra. Mas  
há vantagens indirectas, as quaes se  
referem a economizar as do seguro dos na-  
vios que não passam a seu fisco directa-  
mente pelo Estado com grande probabi-



liberdade de lucro que o governo tentou aplicar à compra de novas unidades da marinha mercante, porque não está, em grande parte, numa base de desenvolvimento da nova vida económica e comercial moderna.

Relativamente aos 3.<sup>os</sup> 5 e 6 e ainda aos 3.<sup>os</sup> do sr. Celastino d'Almeida, farei agora que o Senado me dispensasse de responder agora, completamente, pois tanto que o fazer em sessões públicas, numa ou outra casa do Parlamento, lançou algumas vezes o meu sentido a propósito dos organismos. Disse no entanto já, que o déficit apurado para 1914 a 1915 (contos de guerra) foi de 22.999 contos, para 1915-1916, de 30.957 e para 1916-1918, até ao presente é de 31.791 contos. Tornando agora em atenção as questões de guerra e calculando que o déficit do ano económico findo seja na totalidade de 60.000, no máximo, teremos no fim do ano corrente, um déficit de guerra de 120.000. A necessidade da alfandega que a guerra fez desaparecer bastaria para satisfazer o fisco e a amortização daquela quantia se a nova intenção fosse normal. Prometo nos cálculos para 1917-18 afigurar-me-me que teremos um muito maior pois supõe-se que para as novas colónias as despesas de



governo cerca de 3.000 contos por mês e para o resto, com a guerra nos campos de Europa e a preparação na metrópole de 4.000 contos mensalmente, o que dará, se a guerra se prolongar, como é natural, até ao fim do ano económico, um total de 120 a 150.000 contos.

Estas despesas, acrescentadas, não são para mandarmos soldados para a frente de batalha, como diz o Sr. Francisco de Sá e Albuquerque; precisamos ter um forte exército territorial e uma forte marinha. Medindo a chamada união ibérica, o governo aditando a sua participação na guerra e fazendo aproximações com o governo da Espanha, que se abstendo involuntariamente de avançar. Porque, fosse qual fosse o novo partidarismo e a nossa coragem, a situação seria desvantajosa para nós. Impunha-se pois uma política patriótica que constantemente o nosso objectivo devida recular.

Temos a necessidade e o direito de ser respeitados como nação livre.

Os empréstimos britânicos para os encargos da guerra na frente ocidental são: em março 1.500.000 francos; em abril um milhão; em Maio quatro milhões, em junho cinco milhões ou seja um total de 11.500.000 francos. Este crédito é, como vimos, muito já



terro dito, ilimitado, sendo Portugal o  
unico paiz que tal conseguiu.

Falci em defensor de guerra até ao fim do cor-  
rente ano economico avaliadas em 120:000  
contos, devo tambem falar na recita de  
guerra que não ficaria abaixo de 18:000  
contos.

Na conferencia do Porto demonstrai  
que era necessario tomar um empresto e  
uma maninha a attenção do novo tempo, pro-  
prios - que em uma occasião realice um  
emprestimo de 45:000 contos para o inicio da  
defesa nacional. O paiz podia bem com  
este emprestimo porque o orçamento foi a-  
quilibrado no mes proximo de 18:000  
contos em Finanças. A unica perda da  
idea a defesa nacional. Foi para que  
esta guerra não viesse cinco annos mai-  
tando porque nos encontraria em melhores  
condições, e a massa popular portugueza  
não refusa do veneno do jesuita porque  
não estere interrompido nos seus collegios, e  
por isso ela tem sido uma helpo parado-  
na do governo no tempo difficil da guer-  
ra. As propostas de finanças virão a  
nos tempo, talvez tentemos de fazer uma  
convocação extraordinaria do parlamento  
para se discutirmos com maior lar-  
guza. A unica imaginação que, tendo  
esta guerra como principal objectivo



contribuiu para o engrandecimento da  
Latina, não tenha sido compreendida  
por todos o dever de nela participar!  
A historia provará, um dia galvã e  
julgarão todos.

Electora Almeida — Folgo por ter apresen-  
tado os novos quaestões por ter dado um joelho  
na. Presidente do Ministerio que franceza e  
abertamente em treços q'uaes elucidou o  
Senado. Commodo, num modo geral com t.  
g'ia quanto a oportunidade da apresenta-  
ção das medidas financeiras em virtude  
das condições interiores do paiz que se re-  
verada por, alijs acordando - se por con-  
muito remittendo ao tratado pela  
Inglaterra, França, Italia e até na pro-  
pria Alemanha e que é apontado pelas  
nas tradições financeiras.

Do Senado peço me permita apresen-  
tar a minha mocção, que não fiz no  
principio dos trabalhos por me ter limi-  
tado a solicitar os esclarecimentos do  
Governo não ter tido antes elementos  
para fazer considerações pessoais so-  
bre a proficuidade dos trabalhos desta sessão  
secretos que agora me face os esclareci-  
mentos e declaração do Governo se acham  
habilitado a fazer. (Lê a mocção).

O Senado havendo tomado conhecimento  
dos esclarecimentos e explicações, que pelo



Baucto

Governos lhe foram dados, sobre os assumptos  
 apresentados, comotracados de ser de sua com-  
 petencia em sessões secretas, e bem assim no  
 que outros para qm durante a mesma sessão  
 se chamou a sua attenção e se pediram elu-  
 citações, considera-se sufficientemente enla-  
 recido sobre tais assumptos e confia em que  
 o Governo, mantendo a sua patriótica at-  
 titude, continuará a esforçar-se pela  
 manutenção da ordem e disciplina no in-  
 terior e satisfação de compromissos no ex-  
 terior, não podendo deixar de notar a extra-  
 nha impressão que lhe causou a não com-  
 parancia das suas sessões secretas, de quasi  
 totalidade dos Mr. Senadores convocados  
 que inicialmente se haviam revelado tão  
 cuidadosos paladinos dos direitos do Poder  
 Legislativo e dos interesses interanos da  
 Nação.

Não havendo mais nada a tratar o Mr. Presi-  
 dente encorrou a sessão

Revelavam-se as entretidas de folhas 9 e 10 que  
 dizem: Desde o começo da guerra; com a expedição  
ao Noronha e a falta de qualidades. Tambem se  
 revela a natureza da folha 10 a seguir a pala-  
 vra Gpl.

Antonio Xavier Louca Baucto  
 Bernardo Pass d'Almeida  
 Luiz Innocencio Ramos Lameira